

3.1.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.7. Antes de completar 12 (doze) meses de execução da prestação do serviço, em prazo razoável, deverá a Administração realizar juízo técnico e econômico para comprovar a manutenção das condições de vantajosidade, inclusive verificando a projeção do valor a ser reajustado, bem como, comprovar a manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação.

3.1.8. Os preços reajustados não poderão ultrapassar o valor máximo para execução dos serviços no período, previsto no Caderno De Aquisição E Contratação De Serviços Para Fornecimento De Refeições.

3.1.9. Caso seja constatada a desvantajosidade técnica ou econômica, deverá ser realizada negociação com o contratado.

3.1.10. Não havendo anuência da empresa pelo preço de referência, deverá ser iniciado novo procedimento licitatório, concordando as partes, desde já, com a rescisão do vínculo contratual, sem direito a indenização, em 30 (trinta) dias contados da adjudicação do objeto naquele certame, dispensada notificação prévia.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____) conforme proposta vencedora detalhada nos autos do processo SEI nº _____.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária, e daquelas que vierem a substituí-las:

1451.06.421.208.4601.0001.339039.03.0.10.1

5.2. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento pelo serviço de fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, destinado aos presos e aos servidores públicos a serviço nas Unidades, na forma **transportada**, será efetuado na forma do art. 40, XIV, “a” da [Lei Federal 8.666/93](#), em parcelas mensais e consecutivas, por crédito na conta corrente da Contratada, em um dos bancos que o fornecedor indicar, através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, de 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais, que deverão ser encaminhadas à Subsecretaria de Segurança Prisional, conforme sua solicitação, mediante comprovação da quitação mensal das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, de acordo com o art. 71, da [Lei Federal 8.666/93](#), observados o trâmites internos da Secretaria de Estado de Administração Prisional - SEAP.

6.2. A Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças só providenciará o pagamento caso haja grade mensal e Nota Fiscal, devidamente assinadas por 2 (dois) funcionários responsáveis pelo recebimento das refeições e lanches, atestando que a CONTRATADA cumpriu o disposto no item 2.3 da Cláusula Segunda. Esses documentos deverão ser emitidos no 1º (primeiro)